## Sumário

Apresentação	17
Prefácio Donaldo Armelin	19
Memória do judiciário mineiro Biografia do Juiz Ronaldo Benedicto Cunha Co Orestes Campos Gonçalves Bibliografia Comentários	
Parte I	
Ensaios biográfi	icos
O gênio e sua humildade Aristoteles Atheniense	51
O dom de si mesmo: amizade como símbolo Cláudio Costa	57
Memória de Dr. Ronaldo Cunha Campos Claudiovir Delfino	67
Ronaldo Cunha Campos – o mestre Evaldo Marco Antônio	73
Lembranças sobre o meu professor e amigo Ro Gilberto Martins Vasconcelos	
Lembranças de Ronaldo Gustavo Capanema de Almeida	83
Memórias João Delfino	87
Aos que fazem falta  João Gilberto Rodrigues da Cunha	95

José Sebastião Cheir Dib
Ronaldo: pulsações da inquietude! Paulo Roberto Ferreira
Lembranças de meu Pai Rita Maria Silvano da Cunha Campos
Parte II
Ensaios científicos
O tempo do processo e o mito da verdade: uma reflexão hermenêutica sobre a tutela preventiva dos direitos coletivos  Adalberto Narciso Hommerding, Francisco José Borges Motta
Antonio Notariano Junior, Ana Paula Chiovitti
Averbação da distribuição da execução  Araken de Assis
Perspectivas de alterações do sistema coletivo de ações no Brasil  Arruda Alvim



	amento antecipado da lide" nos Juizados Especiais Cíveis	
	princípios da celeridade, oralidade e da transação	
	el Amorim Assumpção Neves	
1	Introdução	
2	"Julgamento antecipado da lide" (art. 330, CPC)	. 165
3	Julgamento antecipado do mérito e o princípio da celeridade	
	e economia processual	
4	Princípio da oralidade e o julgamento antecipado do mérito	169
5	Tentativa de conciliação e julgamento antecipado do mérito	171
6	Princípios da celeridade e economia processual nos Juizados Especiais	
	Cíveis e o julgamento antecipado do mérito	172
7	Princípio da oralidade nos Juizados Especiais e julgamento antecipado	
	do mérito	174
8	Julgamento antecipado do mérito e transação nos Juizados	
	Especiais Cíveis.	176
9	Julgamento antecipado do mérito nos Juizados Especiais	
10	Conclusão	
		100
sob	rações da jurisprudência e seus reflexos nas situações já consolidadas o império orientação superada	
Don	aldo Armelin	183
1 2 3 4	gamento de quantia certa  Ardo Arruda Alvim, Angélica Arruda Alvim  Considerações de cunho genérico  Alterações impostas aos arts. 162 e 269 – necessidade de harmonia interna do novo sistema  A multa de 10% (dez por cento) a que se refere o art. 475-J  A impugnação de que trata o art. 475-L  ências	203 210 212 217
Códi	go Modelo de Processos Coletivos para Ibero-América	
	ordo Cambi	233
A in		
	disponibilidade cautelar de bens na ação de obidade administrativa	
Total Control		257
	ordo José da Fonseca Costa	257
1	Introdução	
2	Natureza jurídica	
3	Conteúdo	
4	Indisponibilidade de bens e seqüestro	
5	Extensão	
6	Regime intertemporal	
7	Desnecessidade de via autônoma	772
8	Indenizabilidade dos danos.	275

BDJur http://bdjur.stj.gov.br Nota sobre a atual natureza jurídica da suspensão de decisões contrárias ao "Poder Público", à luz do seu regime de eficácia Eduardo Talamini 279 1 2 A autonomia e independência do mecanismo da suspensão 3 A ultratividade da suspensão: o alcance da regra do art. 4°, §9°, 4 Natureza do mecanismo de suspensão da eficácia de liminares 5 A antecipação dos efeitos da tutela contra a fazenda pública Introdução 296 1 2 Tutela antecipada contra a Fazenda Pública – tratamento doutrinário 3 3.1 3.2 3.2.1 Ausência de incompatibilidade com o regime de pagamento Tutela antecipada contra a Fazenda Pública – tratamento legislativo 4.1 4.2 4.3 Restrições à liminar em cautelar – ou que esgotem o objeto da ação ........... 307 Extensão das restrições à tutela antecipada. Lei nº 9.494/1997.......308 44 A (in)constitucionalidade da Lei nº 9.494/97. Posicionamento do STF......... 309 5 5.1 (In)constitucionalidade concreta. Análise do julgamento da ADI 5.2 nº 223-6/DF......312 Restrição constitucional. Exigência de trânsito em julgado para 6 a expedição do precatório (art. 100, §§1º e 3º, CF. EC nº 30/2001)......315 Tutela antecipada contra a fazenda pública – obrigação de fazer, 7 8

Tutela de urgência e definitividade do provimento judicial

Gelson Amaro de Souza 323



1

2

3

6	A chamada antecipação da tutela	
7	Tutela cautelar	336
8	Perspectiva para o futuro do Processo Civil e a definitividade	
	da tutela de urgência	
8.1	Definitividade da tutela cautelar	
8.2	Definitividade da tutela antecipada	
8.3	Definitividade da tutela em procedimentos especiais	343
9	Conclusões	
Refer	ências	345
Proce	esso jurisdicional civil, tutela jurisdicional e sistema do CPC:	
	o está e como poderá estar o CPC brasileiro	
	co Gumerato Ramos	349
1	Objetivo deste trabalho	
1.1	Rol das premissas	
2	Processo jurisdicional civil e tutela jurisdicional	
3	Tutela jurisdicional e estrutura tripartida do processo civil brasileiro	
	(conhecimento, execução e cautelar)	354
4	Superação de vários procedimentos especiais pelas técnicas	
	de obtenção de tutela dos arts. 461 e 461-A	356
5	Como está e como poderá estar o CPC brasileiro: ajuste sistemático	
6	Palavra final	367
	ntença declaratória e sua possível força executiva	
Hum	berto Theodoro Júnior	
1	Introdução	
2	Títulos executivos judiciais e extrajudiciais	
3	Sentença condenatória	
4	Sentenças declaratórias.	374
5	Haveria alguma impropriedade no alargamento do conceito de título	
	executivo judicial para compreender a sentença	
		377
6	Antecedentes da reforma consubstanciada no art. 475-N, I, do CPC	380
7	Conclusões	383
Cons	iderações de um cético sobre as novas tendências do moderno	
	esso civil brasileiro	
	almon de Passos	385
	es do poder geral de cautela	
João	Batista Lopes, Maria Elizabeth de Castro Lopes	
1	Considerações gerais	
2	O juiz e o poder geral de cautela	
3	Pretendido caráter discricionário do poder geral de cautela	
4	Admissibilidade da tutela cautelar de ofício	400



5	Revogabilidade da medida cautelar inominada	
6	Limites do poder geral de cautela	
Refe	rências	403
Ор	rincípio da oralidade, a audiência preliminar	
e o	processo equo e giusto	
Juni	ior Alexandre Moreira Pinto	405
1	Ordem jurídica justa e efetividade do processo	405
2	Princípio da oralidade e sua inserção no panorama processual	410
3	Audiência preliminar	
4	Correlação entre oralidade, audiência preliminar e contraditório	423
5	Avanços e retrocessos legislativos	
6	Tópicos conclusivos	
Refe	rências	
Δtı	itela jurisdicional no Estado Democrático de Direito:	
	umas notas	
	io Delfino, Fernando Rossi, Paulo Leonardo Vilela Cardoso	437
1	Considerações iniciais.	
2	A quebra da neutralidade do direito processual civil: uma análise	150
-	à luz das necessidades do direito material	439
3	O direito processual civil adequado às particularidades do caso concreto	
4	O respeito ao modelo constitucional do direito processual civil	
5	O direito processual civil e o processo como condutos ou métodos	442
,	de concretização dos direitos fundamentais	445
5.1	A lei, os fatos e os valores constitucionais: noções elementares	443
٥,١	de interpretação jurídica	445
5.2	Breves impressões sobre o <i>mecanismo</i> da interpretação jurídica:	443
3.2		
	controle constitucional das leis, preenchimento do conteúdo	110
5.3	dos princípios constitucionais e superação do critério subsuntivo A concretização dos direitos fundamentais por intermédio do processo	448
	e do direito processual civil	455
6	Conclusões	
Refe	rências	459
Uma	a nova perspectiva sobre o conceito e as hipóteses de coisa	
	ada formal	
, ,	Eduardo Ribeiro Mourão	463
1	O conceito de coisa julgada	
2	As técnicas processuais utilizadas pelo legislador para impedir	
-	a repetição do exercício da mesma atividade jurisdicional sobre	
	o mesmo objeto	465
3	A coisa julgada formal	
4	O conceito tradicional de coisa julgada formal e o critério de	103
	distinção desta em relação à coisa julgada material	460
5	A nossa crítica ao conceito tradicional de coisa julgada formal	
9	A 110354 Citica do Conceito dadicional de Coisa Julgada Torrilat	1/



6	A coisa julgada como imutabilidade da decisão judicial em	
	processos futuros	471
7	A confusão conceitual entre preclusão de decisões judiciais e	
	coisa julgada formal	471
8	A identificação das situações jurídicas que possam ser chamadas	
	de coisa julgada formal	479
9	A nossa interpretação do artigo 268 do Código de Processo Civil	481
10	A coisa julgada formal e as condições da ação	483
A tu	tela ressarcitória na forma específica	
	Guilherme Marinoni	491
1	Introdução	
2	Ressarcimento pelo equivalente	
3	O ressarcimento na forma específica no direito brasileiro	
4	As razões da prioridade do ressarcimento na forma específica	7.7.7
	sobre o ressarcimento pelo equivalente	496
5	O escopo do ressarcimento na forma específica	498
6	O ressarcimento na forma específica diante dos danos patrimonial	450
O	e não-patrimonial	.499
7	O ressarcimento na forma específica diante do dano concreto	. 433
/	e do dano insuscetível de determinação em concreto	. 500
0		. 502
8	A necessidade de ir a Juízo para obter ressarcimento na forma específica	502
9	A condenação ao pagamento de dinheiro equivalente ao valor	F03
10	do dano presta tutela ressarcitória na forma específica?	503
10	Tutela ressarcitória na forma específica cumulada com tutela	F0.4
	ressarcitória pelo equivalente	
11	O princípio da excessiva onerosidade	
12	A denominada compensatio lucri cum damno	
13	Momento da excessiva onerosidade	
14	A execução da tutela ressarcitória na forma específica	510
14.1	As razões que determinaram o esquecimento do ressarcimento	
	na forma específica na prática forense	510
14.2	A obrigação de reparar o dano é obrigação de fazer (ou de entregar	
	coisa em substituição à destruída) e não obrigação de pagar dinheiro	.512
14.3	Os arts. 461 e 461-A do CPC e 84 do CDC e a tutela ressarcitória	
	na forma específica	.512
14.4	O uso da multa para compelir o infrator a reparar mediante fazer	
	infungível ou fungível (ressarcimento na forma específica)	.514
14.5	A incapacidade técnica do infrator para proceder à reparação	.515
14.6	O uso da multa para obrigar o infrator a custear a reparação do dano	.515
	O direito fundamental à efetiva tutela jurisdicional como base	
	para o uso da multa	.516
14.8		
14.9	A execução diante da necessidade da participação de terceiro	
15	O direito do consumidor ao ressarcimento na forma específica	
16	A importância do ressarcimento na forma específica em face	
	do direito ambiental	.524



17	A tutela ressarcitória na forma específica dos direitos	
	transindividuais (art. 84 do CDC)	526
18	A tutela ressarcitória na forma específica dos direitos individuais	
	homogêneos	527
19	A tutela ressarcitória na forma específica mediante a entrega	
	de coisa. O art. 461-A do CPC	530
O te	empo dos atos processuais: uma análise da categoria tempo	
no f	fenômeno processo	
Mar	riângela Guerreiro Milhoranza	533
1	Introdução	
.2	Análise dos artigos 172 a 175 do CPC	538
2.1	O artigo 172 do CPC	538
2.2	O artigo 173 do CPC	541
2.3	O artigo 174 do CPC	542
2.4	O artigo 175 do CPC	543
3	Considerações acerca da temporalidade do processo	543
3.1	O tempo dos atos processuais	544
3.2	O tempo dos atos das partes	546
3.3	O tempo e os limites temporais da coisa julgada	547
3.4	O tempo e a noção de prescrição	548
3.5	O tempo e a noção de decadência	
3.6	O tempo e a noção de preclusão	550
4	Conclusão	551
Refe	rência	551
Brev	ves notas sobre a alienação antecipada do bem constrito como	
tute	ela preventiva da execução para pagamento de quantia	
Mir	na Cianci, Rita Quartieri	555
1	Conceito e natureza jurídica da alienação antecipada	555
2	Cabimento da alienação antecipada	559
3	Procedimento	564
4	Conclusão	570
Refe	rências	571
	uns aspectos dos recursos para terceiro prejudicado	
	hington Rocha de Carvalho	
1	Introdução	575
2	Conceito de terceiro prejudicado	576
3	Do recurso de terceiro prejudicado	
3.1	Do prazo recursal	583
3.2	Preclusão processual para o terceiro prejudicado	585
3.3	Do prequestionamento para o recurso especial	588
4	Conclusão	
Refe	rências	594

